



24 DE JULHO DE 2015

Sexta-feira

- NOVAS METAS FISCAIS AMEÇAM GRAU DE INVESTIMENTO DO PAÍS
- EMPRESAS DEVEM DEVOLVER CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PAGA INDEVIDAMENTE
- A NAÇÃO DE CABEÇA BAIXA
- PEDÁGIO: PRORROGAR AS CONCESSÕES OU LICITAR NOVAMENTE?
- GOVERNO TERÁ DE COBRIR MAIS UMA CONTA BILIONÁRIA NO SETOR ELÉTRICO
- SERVIDORES FEDERAIS MARCAM ASSEMBLEIA PARA DECIDIR DIA 29 SOBRE GREVE NACIONAL
- METALÚRGICOS DE NITERÓI COMEÇAM A RECEBER SALÁRIOS ATRASADOS
- LEILÃO DE ENERGIA EÓLICA E SOLAR TEM 1.379 PROJETOS CADASTRADOS
- GERDAU DEFENDE NEGÓCIOS COM BTG E ITAÚ
- MODELO DE 'MINI-MILL' É A MELHOR ROTA DE PRODUÇÃO NO MOMENTO
- ACOS DE ALTA RESISTÊNCIA JÁ ESTÃO EM PLATAFORMAS
- PRODUÇÃO DE MINÉRIO DA VALE É RECORDE PARA SEGUNDO TRIMESTRE
- ANGLO AMERICAN PERDE US\$ 3 BILHÕES NO 1º SEMESTRE
- CAMINHÕES PODEM PUXAR RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA
- ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO CIVIL REGISTROU NOVA MELHORA NA MARGEM EM JUNHO, MAS AINDA CONTINUA EM PATAMAR BAIXO
- BRASIL PRECISA CONTINUAR ESFORÇO PARA MELHORAR AS CONTAS, DIZ FMI
- MERCADO VÊ DÍVIDA A 70% DO PIB E REBAIXAMENTO COM NOVA META
- PMI DA INDÚSTRIA DA CHINA REDUZ ESPERANÇAS DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
- VENDA DE PNEUS ÀS MONTADORAS RECUA 18,7%
- BOSCH E TOMTOM FIRMAM PARCERIA PARA DESENVOLVER MAPAS DE PRECISÃO

- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR CAI 2,3% EM JULHO E ATINGE MENOR NÍVEL HISTÓRICO, DIZ FGV
- TRABALHADORES DA PETROBRAS INICIAM GREVE DE 24 HORAS CONTRA VENDA DE ATIVOS
- GIGANTES PRODUTORAS DE MINÉRIO DE FERRO PRESSIONAM EMPRESAS MENORES
- LUCRO LÍQUIDO DA VALE NO 2ª TRIMESTRE DEVE RECUAR 54%
- EXPORTAÇÕES PARANAENSES CHEGAM A R\$ 22 BI NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015
- CARLOS WALTER RECEBE HOJE PRÊMIO EMPRESÁRIO DO ANO

CÂMBIO EM 24/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,334	3,334
Euro	3,658	3,660

Fonte: BACEN

Novas metas fiscais ameaçam grau de investimento do país

24/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Com o anúncio do corte da meta de superávit primário do setor público para 2015, de 1,1% do PIB para apenas 0,15%, a discussão em torno do rating soberano e da manutenção do grau do investimento do Brasil voltou ao foco dos mercados.

Na avaliação do Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos maiores bancos do mundo, a mudança da meta fiscal deixou o Brasil mais perto de perder o grau de investimento. O economista-chefe do departamento de América Latina do IIF, Ramón

Aracena, se disse surpreso com a magnitude do corte na meta para 2015, 2016 e 2017. "A redução foi acima das nossas expectativas", disse.

Após as mudanças nos números, o economista do IIF avalia que "provavelmente" o Brasil deve ter o rating rebaixado, mas ainda não deve perder agora a classificação do grau de investimento.

Na Fitch e na Moody's, a nota brasileira está dois níveis acima dessa classificação, portanto, um rebaixamento em um nível ainda manteria o Brasil neste patamar.

O ajuste nas metas sinaliza que a relação entre a dívida do governo e o PIB deve continuar subindo nos próximos dois anos, destaca Aracena – a relação dívida/PIB é um dos indicadores que as agências de classificação de risco observam de perto.

Por isso, ele avalia que o governo tem de se empenhar para bater esses números. "Uma nova mudança (nas metas) terá repercussões ainda piores para a confiança dos agentes."

Cenário

A missão regular da agência Moody's estava no Brasil na semana passada e teve uma série de reuniões com a equipe econômica do governo. A decisão sobre o rating soberano do país deve ser anunciada nos próximos dias.

Em um comentário divulgado nesta quinta-feira, 23, a Fitch afirmou que a revisão das metas de superávit primário ressalta as dificuldades da consolidação fiscal e que a nova meta está abaixo do que havia sido presumido no cenário base de abril, quando fez a última revisão da nota.

No início de 2014, a Standard & Poor's rebaixou o Brasil para BBB- e alterou a perspectiva de negativa para estável. Em março deste ano, manteve a nota, esperando os efeitos do ajustes fiscal. Das três principais agências de rating, a nota da S&P para o país é a mais baixa, apenas um degrau acima do nível especulativo.

Sem surpresas

Os ajustes promovidos pelo governo nas metas fiscais não foram uma surpresa para as agências de classificação de risco, na avaliação de Joaquim Levy. Apesar do quadro delicado, o ministro diz não acreditar em rebaixamento da nota de crédito do Brasil a ponto de se perder o selo de grau de investimento.

"Não temos ameaça importante neste momento", disse, acrescentando que a Petrobras, envolvida em investigações de corrupção, conseguiu, segundo ele, resolver seus problemas.

Segundo Levy, o comprometimento do governo para ajustar suas contas é claro e o Brasil, na sua avaliação, tem capacidade para reagir a choques. "Estamos comprometidos a tomar as medidas necessárias", reforçou o ministro, repetindo que o governo vai continuar mantendo a disciplina fiscal.

Analistas veem 'rombos' de mais de R\$ 200 bi

Num cenário para as principais variáveis econômicas para o Brasil até 2018 que consideram realista, os economistas Vilma da Conceição Pinto e Lívio Ribeiro, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), estimam que o governo teria de gerar receitas não recorrentes – basicamente com a venda de ativos – de mais de R\$ 200 bilhões em 2016 e 2017 para que a projeção da dívida bruta anunciada na quarta-feira, 22, fosse alcançada.

Uma venda de ativos desse porte provavelmente exigiria um robusto programa de privatização combinado com uma maciça venda de reservas internacionais.

Os economistas partem da trajetória de superávits primários do setor público consolidado e da dívida bruta para 2015, 2016, 2017 e 2018 anunciada na quarta-feira pelo governo: de, respectivamente, 0,15%, 0,7%, 1,3% e 2% do PIB; e 64,7%, 66,4%, 66,3% e 65,6% do PIB.

Num exercício inicial, eles calcularam qual seria a evolução da dívida bruta caso a trajetória da Selic, do IPCA e do crescimento do PIB até 2018 acompanhassem as projeções do Boletim Focus, que traz a mediana das expectativas de mercado. Neste caso, a dívida bruta chegaria a 67,4% do PIB em 2018.

Supondo que o governo cubra a diferença vendendo ativos em 2016 e 2017, seria necessário que a venda fosse de 0,9% do PIB em cada um dos dois próximos anos– em termos absolutos, isso significaria uma venda de R\$ 56,4 bilhões em 2016 e de R\$ 60 bilhões em 2017, usando as projeções do Focus para o PIB.

A conclusão é que os números do governo não fecham a não ser com um colossal programa de venda de ativos, cuja factibilidade política, no caso das privatizações, ou de equilíbrio macroeconômico, no caso da venda de reservas, é muito discutível.

Senado sinaliza apoio ao governo, enquanto Cunha diverge

Após se reunir com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e senadores do PMDB, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sinalizou a interlocutores o apoio do partido, no Senado, à redução da meta de superávit primário e ao corte adicional de R\$ 8,6 bilhões nos gastos do Orçamento.

Na sexta-feira, em pronunciamento na TV Senado, Renan criticara os rumos do ajuste e afirmara que “negar a realidade é minimizar ou relativizar crises. É um atalho para o insucesso”. Nesta quinta-feira, pela manhã, Renan também se reuniu com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse não acreditar na nova meta fiscal. “Já se sabe que esse 0,15% não será superávit, será déficit. Você não cortou despesas e cortou investimento”, disse.

Segundo o senador Romero Jucá (PMDB-RR), autor da proposta de emenda que reduziria o superávit para 0,4%, o ministro da Fazenda admitiu que o resultado esperado para ajuste fiscal fracassara até aqui.

E também reconheceu que só o pacote de ajuste fiscal e a mudança no superávit são insuficientes para tirar o país da crise. O ministro e os senadores combinaram discutir, na próxima semana, medidas para reestruturar a economia e dar previsibilidade aos agentes econômicos.

Entre as propostas, estão ajustes na legislação das Parcerias Público Privadas (PPPs) para reduzir o intervencionismo do governo e dar mais garantias aos investidores, ajustar a legislação das concessões, destravando a legislação ambiental; e modernizar os mecanismos de relação com os agentes produtivos.

Mais esforço

Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo brasileiro precisa continuar, sem interrupção, com o esforço para melhorar as contas fiscais do país, mesmo com adoção de novas metas. A avaliação do FMI é que a redução da meta fiscal precisa ser entendida no contexto de uma recessão no Brasil que acabou sendo pior do que o esperado.

Com a piora da atividade, as receitas com tributos no Brasil foram afetadas, o que tornou o alcance da meta original "muito difícil". Por isso, a avaliação do Fundo é que o governo buscou uma meta mais realista.

Empresas devem devolver contribuição confederativa paga indevidamente

24/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Ementa

DESCONTOS. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. OFENSA AO ART. 8º, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DEVOLUÇÃO DEVIDA.

Inexistindo prova de que o Reclamante fosse associado ao sindicato de classe, ilegal o desconto realizado a título de contribuição confederativa, sob pena de ofensa ao art. 8º, V, da Constituição Federal, que garante a liberdade sindical como o direito de o indivíduo decidir, livremente, sobre sua filiação ou não à entidade associativa existente (nesse sentido o Precedente Normativo nº 119 do C. TST).

Dessa forma, no direito de não se filiar encontra-se o direito de não contribuir para a entidade sindical, exceto quanto à contribuição legal compulsória, consistente na contribuição sindical.

Com efeito, o desconto autorizado, de plano, pela lei e ligado à entidade sindical, é apenas a contribuição sindical, prevista no art. 580, I, da CLT, devida por todos os empregados, anualmente, que não se confunde, à evidência, com o desconto ora tratado. Recurso ordinário da Reclamada a que se nega provimento.

A nação de cabeça baixa

24/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A condição natural do ser humano é a fragilidade, que é de natureza física; a ignorância, que é de natureza mental; e a pobreza, que é de natureza econômica. Afora a fragilidade física, que não pode ser mudada, as outras duas podem ser superadas, e os meios para tanto são o conhecimento e a tecnologia.

Podemos definir conhecimento como sendo o domínio dos princípios e das leis que regem a natureza, o homem e a sociedade. Já a tecnologia é a aplicação do conhecimento para produzir os meios de atender às necessidades humanas e solucionar os problemas do dia a dia. A aquisição do conhecimento e da tecnologia se dá pela ciência, pela educação e pela cultura.

Alguns pensadores, entre eles o gênio liberal Ludwig von Mises, adicionam um terceiro fator: a forma como a sociedade é organizada e dirigida em termos coletivos. Em seus escritos, Mises insiste que a quantidade de coisas produzidas não é desvinculada do modo como são produzidas. Para ele, o mesmo povo, sob um regime de liberdade e de propriedade privada dos meios de produção (o capitalismo), é capaz de produzir muito mais do que sob um regime sem liberdade e sem direito de propriedade (o socialismo).

A imagem brasileira no exterior é de um país corrupto, bagunçado e violento

O Brasil vive hoje um dos piores momentos de sua história. A nação está humilhada e cabisbaixa. A desconfiança nas instituições vem decaindo perigosamente. A política e os políticos estão desacreditados. O setor público está falido, afundado em déficits, dívidas e

serviços da pior qualidade. Junto a todo esse quadro ruim, a economia vai mal e nos tornamos uma das sociedades mais violentas do mundo.

Em um único fim de semana (dias 17, 18 e 19 passados), em apenas uma cidade (Manaus), houve 35 assassinatos. Se fosse nos Estados Unidos, o mundo inteiro estaria comentando e analisando como um fato incomum.

Aqui, virou corriqueiro. O grau de violência no Brasil quase não tem precedente no mundo. E não dá para debitar tudo à pobreza, pois há muitas nações tão ou mais pobres onde a violência é muito inferior à que temos aqui.

A violência é, também, um problema econômico. Nova York sozinha recebe 50 milhões de turistas por ano. O Brasil inteiro recebe apenas 6 milhões, um número pífio. A imagem brasileira no exterior é de um país corrupto, bagunçado e violento, que não está no roteiro do turismo mundial.

Há anos, inventaram os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), países que seriam emergentes caminhando rumo à riqueza. Agora, alguns analistas internacionais estão propondo tirar o Brasil do grupo, tal a deterioração econômica e social do país.

O governo Fernando Henrique venceu o demônio da inflação, reduziu um pouco o tamanho do Estado-empresário e legou a importante Lei de Responsabilidade Fiscal. Lula ampliou os programas sociais e foi beneficiado pela enorme ajuda do mundo, sobretudo da China, cuja explosão do consumo promoveu a elevação dos preços das commodities brasileiras exportadas.

Até 2010, uma enxurrada de dólares entrou no Brasil. Mas a festa acabou em 2011, quando Dilma assumiu. A boa situação internacional desapareceu, os preços de exportação voltaram a cair, os erros de política econômica de Dilma foram graves... e o país perdeu o passo.

Com a desencanto e a descrença, muitos sonham seguir para o exterior e desistir do Brasil. Mas a maioria não tem essa possibilidade; logo, é preciso lutar e impedir que a nação naufrague na pobreza e na violência.

(José Pio Martins, economista, é reitor da Universidade Positivo.)

Pedágio: prorrogar as concessões ou licitar novamente?

24/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A prorrogação dos contratos de concessão de rodovias volta à pauta de discussão política em nosso estado. Os argumentos são já conhecidos: novos investimentos para a manutenção da qualidade dos serviços prestados aos usuários e a necessidade de equilíbrio da equação econômico-financeira dos contratos para amortização desses investimentos ao longo do tempo, já que, se fossem amortizados dentro do período contratual inicial, conduziriam necessariamente ao aumento das tarifas.

O debate sobre o tema não é simples, já que os contratos de concessão de rodovias são permeados por inúmeros fatores que os caracterizam com natureza altamente complexa e que impõem análise caso a caso e com o devido cuidado.

Explica-se: tais contratos se diferenciam dos contratos administrativos tradicionais (sem adentrar em outros aspectos técnicos específicos), em razão de que são firmados tendo em vista a delegação de um serviço público precedido de obra pública, com o usuário como partícipe direto da relação contratual por meio do pagamento de tarifa.

Há diversos conflitos de escolha envolvendo a decisão de prorrogar os contratos de concessão de rodovias.

Como se não bastasse, esses contratos pressupõem – em regra – alto investimento inicial pelo parceiro privado (concessionária), que pode ser implementado no tempo em razão de novas necessidades do próprio serviço, o que faz com que a equação econômico-financeira tenha de ser reanalisada constantemente, no sentido de permitir que a amortização desses investimentos e o lucro razoável da empresa não altere substancialmente o valor da tarifa, inviabilizando a manutenção da concessão.

Vê-se, desse breve contexto, que nenhuma discussão séria sobre o tema pode ser realizada sem a preocupação com a natureza desses contratos.

Nesse cenário, há diversos conflitos de escolha envolvendo a decisão de prorrogar os contratos de concessão de rodovias, dentre eles o desafio de se realizar testes efetivos de mercado para o estabelecimento de um justo retorno às concessionárias que tiverem seus contratos de concessão eventualmente prorrogados em razão desses novos investimentos; e, de outro lado, a necessária ponderação de que a realização de um novo processo licitatório, sob novas bases de outorga, poderia incentivar o mercado a competir e revelar ao poder público melhores condições financeiras em troca da realização dos investimentos.

Qualquer que seja a opção, uma questão é certa: não pode o Estado realizar nenhum processo administrativo, seja de prorrogação dos contratos de pedágio, seja de nova outorga por licitação, sem que haja transparência a respeito dos conflitos de escolha que o próprio Estado vislumbra entre licitar ou prorrogar (dentre outras possíveis soluções), pois apenas dessa forma a sociedade civil organizada e os cidadãos teriam condições de entrar em contato com as premissas apresentadas, para um efetivo controle social das importantes decisões que deverão ser tomadas pelo governo.

É necessário um profundo e antecipado debate destes temas, que não pode e nem deve ser ocultado pela natural pouca energia gasta pelo poder público no planejamento desse tipo de ação. Tratar dessas questões com antecedência e transparência, expondo suas reais premissas, é fundamental para a legitimação da opção a ser realizada.

Caso contrário, a infraestrutura de nosso estado será relegada ao acaso de decisões açodadas e fundadas em falsas e emergenciais premissas, que não necessariamente refletem o cenário de longo prazo desses contratos e que, em última análise, prejudicarão o usuário e o desenvolvimento econômico de nosso estado, já que a não modicidade tarifária afeta diretamente o setor produtivo e diminui a competitividade do mercado regional.

(Rodrigo Pironti, advogado e doutor em Direito Econômico, é professor da Universidade Positivo.)

Governo terá de cobrir mais uma conta bilionária no setor elétrico

24/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O ministro Eduardo Braga (Minas e Energia) esteve no Ministério da Fazenda na tarde desta quinta-feira (23) pra tentar resolver mais um problema no setor elétrico: uma conta de aproximadamente R\$ 2 bilhões ao ano.

“Não há nenhum aumento nem impacto em tarifa. Estamos fazendo é ajuste de fluxo de caixa”, disse o ministro.

O valor em questão está relacionado a uma contestação na Justiça feita Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres), que já obteve decisão liminar favorável.

De acordo com o presidente-executivo da associação, Paulo Pedrosa, o processo busca resolver o que ele chama de "acidente legislativo", quando grandes consumidores de energia passaram a pagar dez vezes mais pela chamada CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

O problema, segundo ele, está no rateio dessas despesas que seriam, em parte, cobertas pelo Tesouro Nacional. Neste ano, porém, em função dos cortes, o Tesouro suspendeu repasses para a CDE e todos os gastos da conta foram apenas redistribuídas pelos consumidores, incluindo a indústria.

"Além de ser uma questão de sobrevivência para as empresas, tratamos um problema conceitual. Essa liminar é para proteção, necessária da indústria. Mas nós ainda achamos que o diálogo pode levar a uma solução", afirmou Pedrosa.

"Existe uma visão de que o setor elétrico tem problemas, mas os da indústria são imensamente maiores", completou.

No grupo de associados da Abrace estão grandes nomes, como a Ambev, Braskem, Vale, Votorantim, Nestlé, GM e Gerdau.

A liminar permite que essas empresas deixem de pagar os custos adicionais desse encargo até julgamento final do processo.

Apenas este ano foram repassados para os consumidores, de forma geral, R\$ 22 bilhões para cobrir a CDE, principal motivo da elevação das tarifas.

Dentre os gastos previstos por esta conta estão os da manutenção de programas sociais, como a Tarifa Social e o Luz para Todos.

De acordo com o ministro Eduardo Braga, a solução para o problema ainda está sendo construída. "Temos estudos, mas ainda inconclusivos. Esperamos na semana que vem tomar uma decisão sobre o tema", disse ao deixar o Ministério da Fazenda.

Desobrigadas de pagar a CDE, as indústrias gastarão menos com energia, ao tempo em que o governo terá de criar uma forma para repor esse dinheiro e dar continuidade aos programas.

"Estamos discutindo de que forma temos como alongar [os pagamentos] sem que haja algum tipo de impacto ou repasse, mas ainda não conseguimos chegar a uma conclusão", afirmou Braga.

Para o ministro, a liminar está "prejudicando todo o setor" e seu "equilíbrio financeiro".

Servidores federais marcam assembleia para decidir dia 29 sobre greve nacional

24/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os servidores públicos federais farão assembleia na próxima quarta-feira (29) para discutir a proposta de reajuste salarial feita pelo governo e decidir se aderem ou não à greve nacional. Representantes de entidades sindicais estiveram reunidos hoje (29) em Brasília e chamaram cada categoria para dialogar internamente sobre as negociações. As informações são da Agência Brasil.

Os servidores querem reajuste salarial de 27,3% no ano que vem, e a proposta do governo é 21,3% parcelados em quatro anos. Para o secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal (Sindsep-DF), Oton Pereira, é inaceitável a proposta de quatro anos. "Essa questão não dá para negociar para mais de dois anos", disse. Outra reivindicação do sindicato é a incorporação das gratificações de desempenho ao vencimento básico.

Pereira explica que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vai se reunir com as categorias de servidores e deverá dar uma resposta às reivindicações até a terça-feira (28). Na última reunião de negociação, o governo propôs reajustar os auxílios-alimentação e saúde em 22,8%.

Com isso, os trabalhadores passariam a receber R\$ 458 para a alimentação. Já o valor para a saúde é variado. Também foi proposto o reajuste do auxílio-creche em 317,3%, chegando a R\$ 396, no Distrito Federal. O valor desse benefício não é reajustado desde 1995.

Entre as categorias que já entraram em greve estão os funcionários da Previdência Social, professores universitários e integrantes dos quadros técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior.

Metalúrgicos de Niterói começam a receber salários atrasados

24/07/2015 - Fonte: CIMM

A Justiça Trabalhista de Niterói, região metropolitana do Rio, reconheceu um acordo para a liberação de R\$ 3,1 milhões em benefício de 3 mil operários do Estaleiro Eisa/Petro Um. O dinheiro faz parte dos R\$ 15 milhões bloqueados da Petrobras Transportes e da Eisa, em agosto do ano passado.

Na ação, o Ministério Público do Trabalho pede a regularização do pagamento de salários, vale-transporte e verbas rescisórias, além de R\$ 3 milhões por danos morais coletivos, devido aos prejuízos causados à sociedade.

Os cerca de 1.000 funcionários dispensados no fim de junho e mais 2 mil que continuam vinculados ao estaleiro, mas sem trabalhar, porque as atividades foram interrompidas no início do mês, receberão uma parcela do que têm direito.

Desde o ano passado, os operários enfrentam problemas para receber salários, auxílio-transporte e os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros. A folha de pagamento da empresa chega a R\$ 7,5 milhões e a estimativa é que a dívida em rescisões contratuais seja de R\$ 30 milhões.

Leilão de energia eólica e solar tem 1.379 projetos cadastrados

24/07/2015 - Fonte: CIMM

O segundo leilão de energia de reserva feito pelo governo brasileiro, marcado para 13 de novembro, terá 1.379 projetos, sendo 730 empreendimentos de energia eólica e 649 de energia solar fotovoltaica. O total oferecido soma 38.917 megawatts (MW) em capacidade instalada.

A informação foi divulgada nesta quarta-feira (22), em nota, pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, destacou em nota que o leilão bateu recorde de projetos, "o que demonstra o interesse crescente dos investidores por energias renováveis".

O estado campeão nesses segmentos energéticos é a Bahia, com 243 projetos de energia eólica e 192 de geração solar, totalizando 12.099 MW. Em segundo lugar, vem o Rio Grande do Norte, com 184 projetos eólicos e 97 de energia solar, com total de 7.648 MW. Em seguida, aparecem o Piauí, com 4.242 MW (89 projetos fotovoltaicos e 46 eólicos), o Ceará (3.324 MW, sendo 95 projetos de energia eólica e 34, solar) e o Rio Grande do Sul (2.365 MW, 107 projetos só de energia eólica).

No segmento fotovoltaico, também têm destaque os estados de Minas Gerais (1.974 MW), São Paulo (1.937 MW), Pernambuco (1.625 MW) e do Tocantins (1.148 MW).

Gerdau defende negócios com BTG e Itaú

24/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Duas operações realizadas pelo grupo Gerdau, nos últimos seis meses, geraram um forte desgaste entre a companhia siderúrgica e seus minoritários. Com queixa, principalmente, em relação à falta de informações e transparência por parte da empresa, alguns desses minoritários procuraram até a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), questionando decisões recentes da companhia.

A primeira dessas operações aconteceu em dezembro, quando a BNDESPar vendeu ao BTG Pactual uma parcela de ações ON equivalente a 6% da Gerdau S.A.. O mercado entendeu que a operação foi uma compra indireta realizada pela Metalúrgica Gerdau, controladora, usando o banco como depositário das ações.

Por isso os minoritários questionam a necessidade de uma oferta pública de aquisição (OPA) para as demais ações ON. A segunda operação foi anunciada na semana passada, quando a Gerdau informou a compra de participações minoritárias em quatro controladas por R\$ 2 bilhões.

O reflexo desse embate com o mercado é visto no desempenho das ações da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau. As ações PN da Gerdau subiram ontem 2,20%, mas acumulam queda de 36,30% no ano. As PN da Metalúrgica subiram 1,92% ontem, mas caem 66,98% no acumulado de 2015.

O diretor-presidente da companhia, André Gerdau Johannpeter, defendeu em entrevista exclusiva ao Valor PRO, serviço de informação em tempo real do Valor, por e-mail, a aquisição, pela Gerdau S.A., de participações minoritárias nas controladas Gerdau Aços Especiais, Gerdau Aço Minas, Gerdau Aços Longos e Gerdau América Latina Participações.

Segundo ele, a operação torna a empresa "mais ágil" para fazer captações no mercado de capitais e alguns "movimentos oportunos" como este "podem ser mal interpretados pelos analistas". Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Em relação à compra pela Gerdau S.A. de participações minoritárias detidas por Itaú e ArcelorMittal em Gerdau Aços Especiais, Gerdau Aço Minas, Gerdau Aços Longos e Gerdau América Latina Participações, o que a empresa poderá fazer com 99% ou mais do capital dessas controladas que não podia fazer com cerca de dois a cinco pontos percentuais a menos?

André Gerdau Johannpeter: Sempre tivemos a intenção de adquirir as participações nas empresas operativas com o objetivo de transformá-las, no futuro, em subsidiárias integrais e/ou incorporá-las.

Mais especificamente, as participações detidas por Itaú e ArcelorMittal já eram de interesse da Gerdau S.A há muitos anos, e a empresa viu uma oportunidade na aquisição

simultânea das participações. Sem esse alinhamento, provavelmente, não teríamos feito a operação neste momento.

Valor: Qual a vantagem, na prática, dessas operações, além da incorporação adicional de resultados das controladas?

Gerda: Entre os vários benefícios da operação, vale destacar a consolidação do recebimento de dividendos, a redução de custos em virtude da simplificação da estrutura societária, além da contribuição para tornar a empresa mais ágil em operações de mercado de capitais, a saber, o acesso ao mercado de "bonds" como um emissor registrado.

Isto porque ao concentrar essas empresas na Gerda S.A, que já possui demonstrações financeiras divulgadas trimestralmente, aumentaremos, em muito, a agilidade para emissão de dívida no mercado internacional, o que, considerando a volatilidade desse mercado, pode representar uma redução de custo de dívida importante ao longo do tempo.

Gostaria de destacar também que nossa empresa, com 114 anos de existência, sempre pautou suas decisões pela visão de retorno de longo prazo. No entanto, algumas vezes, movimentos oportunos podem ser mal interpretados, porque são percebidos de forma isolada, sem levar em consideração a visão da estratégia completa.

Valor: O mercado questionou o valor pago pelas participações. Por que a empresa considerou o preço adequado?

Gerda: Em relação ao valor pago pelas participações minoritárias, as aquisições, na percepção da administração, decorreram de oportunidades de mercado e foram realizadas com preços adequados, levando-se em consideração: as avaliações econômicas, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo da companhia. Ressaltamos, ainda, que a parcela de desembolso de caixa será relativamente baixa, de R\$ 339 milhões.

A maior parte da remuneração consiste em recebíveis junto à Eletrobras de R\$ 802 milhões, que representam um ativo não "core" para a companhia, ações em tesouraria de R\$ 206 milhões e no pagamento parcelado nos próximos sete anos de R\$ 639 milhões. "Não, a família controladora não cogita o fechamento do capital da Metalúrgica Gerda" .

Valor: A operação foi realizada porque o Itaú mantinha alguma opção de venda dessas participações contra a Gerda S.A., a Metalúrgica Gerda ou a Indac, controladora da Metalúrgica?

Gerda: A decisão não teve base em nenhuma obrigação por parte da Gerda S.A. A compra da Gerda foi feita de acordo com o interesse da empresa em consolidar as participações, em mútuo acordo com ambos os acionistas minoritários, num momento em que ambos concordaram em vender, dentro de condições negociadas e consideradas adequadas pela empresa, com uma visão de longo prazo.

Valor: No mesmo fato relevante do dia 14 deste mês foi comunicada a incorporação das operações de minério de ferro na "Operação de Negócio Brasil". Por que isto?

Gerda: Desde que os preços de minério de ferro mudaram de patamar, a Gerda decidiu focar essa operação como fonte de matéria-prima para a usina integrada Ouro Branco.

Portanto, faz todo sentido que a operação seja consolidada na Operação de Negócio Brasil. Justamente por isso, entendo que essa seja a melhor forma de representar os resultados dessa operação.

Valor: Por que a Metalúrgica Gerdau contratou a operação de "swap" com o BTG e por que entende que ela não dispara a OPA por aumento de participação?

Gerdau: A Gerdau entende que a operação do BTG Pactual não dispara uma OPA, conforme evidencia a evolução das participações acionárias da companhia.

A participação do acionista controlador e da BNDESPar, hoje substituída pelo BTG, foi amplamente divulgado pela companhia.

Valor: A família controladora cogita fechar o capital da Metalúrgica?

Gerdau: Não, a família controladora não cogita o fechamento do capital da Metalúrgica Gerdau.

Valor: O que o grupo pensa em fazer para melhorar a relação com os minoritários, já que nos últimos anos tem ocorrido atritos envolvendo operações como o contrato com o BTG, a própria aquisição de participações minoritárias, o anúncio e o recuo da Metalúrgica da decisão de deixar o Nível 1 da Bovespa, a redução no número de vagas no conselho da Metalúrgica e, antes, a tentativa de aumentar o pagamento de royalties aos controladores pelo uso da marca.

Gerdau: Temos uma longa tradição de tratamento de acionistas com transparência, sendo inclusive reconhecidos e premiados no mercado por isso. No entanto, alguns acionistas minoritários questionaram o "timing" e valor da operação de simplificação societária, o que entendemos ser normal e, por isso, publicamos comunicado adicional de esclarecimento no dia 17 de julho.

Já, outros minoritários receberam essa operação como nós: um investimento de longo prazo. O fato é que os relatórios publicados até o momento reiteram a visão de longo prazo para o movimento e não houve "downgrades" em relação à Gerdau.

Esclareço também que em nenhum momento a Gerdau S.A tomou a decisão de sair do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa. Porém, no processo de sucessão familiar, a melhor solução encontrada considerava o mesmo executivo para diretor-presidente e co-presidente do conselho de administração, resultando em uma saída compulsória do Nível 1.

No entanto, justamente por valorizarmos a relação com os minoritários, resolvemos adaptar a estrutura da sucessão familiar e permanecer no Nível 1 após manifestações dos acionistas.

Em relação à composição do conselho da Metalúrgica da Gerdau S.A, todos os indicados ao conselho de administração que possuíam votos suficientes foram eleitos, considerando o sistema de voto múltiplo solicitado por um acionista minoritário.

O recuo na cobrança de pagamento de "royalties" pela marca Gerdau também foi uma demonstração de que sabemos ouvir e atender às solicitações dos acionistas minoritários.

Valor: Até que ponto problemas de comunicação com o mercado têm contribuído para volatilidade das ações das empresas do grupo?

Gerdau: Os desafios da economia brasileira geram volatilidade em todo o mercado, principalmente no setor do aço e mineração.

Ou seja, não afeta somente a Gerdau. Entendo que nossa comunicação com o mercado tem sido bastante adequada, promovendo eventos como o Gerdau Day em Minas Gerais, em 2014, e o Gerdau Day em Nova York, em 2015, bem como reuniões da Apimec em vários estados do Brasil e teleconferências trimestrais de resultados.

Participamos de diversas conferências em várias regiões do mundo, buscando estar próximos do mercado, e realizamos contatos diretos com investidores através de "non-deal roadshows" no Brasil e exterior, com minha participação e do CFO [diretor financeiro].

Por essas iniciativas, nossa comunicação com o mercado tem sido premiada nos últimos anos como uma das melhores no setor. Reitero que nossa equipe de relações com investidores está disponível para atender às diferentes demandas do mercado.

Modelo de 'Mini-Mill' é a melhor rota de produção no momento

24/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Em meio à crise do setor siderúrgico no Brasil, com a fraca demanda e a concorrência com produtos importados, a companhia gaúcha Gerdau escolheu o modelo de aciarias, as chamadas "mini-mills", como a melhor "rota de produção" em ambientes desafiadores, segundo André Gerdau Johannpeter, diretor-presidente do grupo.

Em entrevista exclusiva ao Valor PRO, serviços de notícias em tempo real do Valor, o executivo elogiou a flexibilidade dessas unidades e destacou o baixo custo fixo das operações frente às usinas integradas.

As "mini-mills", que produzem o aço por meio de fornos elétricos com uma área de laminação e são consideradas semi-integradas, já atendem por 75% da capacidade instalada. Gerdau ressaltou que no Brasil cerca de metade da distribuição dos produtos siderúrgicos se dá por esse modelo, enquanto os outros 50% viriam das usinas integradas tradicionais.

"[Esse] é um grande diferencial competitivo, à medida que nos permite modular a produção, buscando a rota mais econômica no momento, a depender dos preços das matérias-primas", afirmou o executivo. "Nas nossas usinas no exterior, o foco seguirá sendo produção via 'mini-mill'."

Quanto às exportações do aço produzido domesticamente, a toada ainda é de crescimento, afirmou Gerdau, apesar da pressão sobre os preços internacionais, por conta do excesso de capacidade no mercado. Essa competição também preocupa na produção da unidade da América do Norte, acrescentou.

O executivo lembrou que a importação sempre teve espaço muito grande no mercado americano, mas o aumento recente virou uma "fonte de preocupação". Na entrevista, por e-mail, Gerdau citou a coalização entre associações de siderúrgicas lançada nas últimas semanas e afirmou que o objetivo é impedir condições desiguais de concorrência, o chamado "comércio desleal".

No entanto, a companhia consegue manter sua participação na América do Norte. "Apesar desses altos níveis de importação na região, a Gerdau na América do Norte tem mantido sua participação e mercado por meio de uma estratégia comercial de entrega de soluções em aço com produtos prontos para uso, proximidade com o cliente e agilidade no atendimento", afirmou.

O empresário acrescentou que a atual desvalorização do real "não é suficiente" para trazer competitividade à produção nacional. Segundo ele, o câmbio ainda não garante rentabilidade sustentável nas exportações, "de forma a compensar as deficiências" do Brasil.

Na opinião de Gerdau, a tendência de redução da demanda é a mesma tanto para aços longos, principal negócio do grupo, como para planos. "O nosso laminador de bobinas a quente, em Ouro Branco [MG], iniciou a operação em agosto de 2013 e o seu volume de produção está atendendo aos níveis esperados, já com produção em andamento de diversas espessuras de bitolas e qualidades", explicou.

Mas no caso de aços especiais, com maior valor agregado, a situação é pior. De acordo com o executivo, a demanda pelas montadoras é uma das mais baixas dentre seus clientes. Por conta disso, atualmente o uso de capacidade dessa divisão está em torno de 60%.

Aços de alta resistência já estão em plataformas

24/07/2015 - Fonte: Automotive Business

O uso de aços mais leves e resistentes já beneficia plataformas de socorro mecânico e traz reduções de peso significativas. Segundo a Rangel Equipamentos, a troca dos aços SAE 1010/1020 pelos de alta resistência fornecidos pela SSAB permitiu que uma plataforma de 5,5 metros e capacidade de carga de 5 toneladas tivesse o peso reduzido de 2,2 mil para 900 kg (-59%).

No modelo de 9 metros e capacidade de 10 toneladas, o peso do implemento baixou de 2,9 mil para 2 mil kg (-31%). Segundo a Rangel, os aços de alta resistência empregados foram os SSAB nas plataformas foram os Hardox 450, Strenx 700MC e Strenx CR 700.

"O futuro do nosso segmento está ligado ao domínio dos processos utilizados em chapas de alta resistência", afirma o diretor da fabricante de plataformas, Pedro Rangel Neto. A redução de peso nos equipamentos resulta em diminuição no consumo de combustível, no desgaste de pneus e traz benefício também para suspensões e freios.

Produção de minério da Vale é recorde para segundo trimestre

24/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A produção própria de minério de ferro da Vale atingiu 85,3 milhões de toneladas entre abril e junho, a segunda maior produção da história da companhia e a maior produção da empresa para um período de segundo trimestre.

O montante representou uma alta de 7,4% em comparação a igual período do ano passado, quando foram produzidas 79,448 milhões de toneladas do insumo. Na comparação com as 74,523 milhões de toneladas produzidas nos três primeiros meses de 2015, houve alta de 14,4%.

Com relação à produção de pelotas, foi registrado no segundo trimestre 12,237 milhões de toneladas, 23% acima ante igual período de 2014, quando a produção foi de 9,951 milhões de toneladas. Em comparação com o primeiro trimestre, o aumento foi de 7,5%.

Assim, no primeiro semestre, a produção própria de minério de ferro da Vale totalizou 159,813 milhões de toneladas, um aumento de 6,2% em relação aos seis primeiros meses do ano passado — enquanto a produção de pelotas, somando 23,625 milhões de toneladas no primeiro semestre, avançou 18,8% na mesma comparação.

A Vale informou ainda que a produção de cobre correspondeu a 104,9 mil toneladas entre abril e junho, 29,5% acima das 81 mil toneladas produzidas em igual intervalo do ano anterior. Segundo a companhia, foi o melhor desempenho para um segundo trimestre na

produção de cobre. Perante os três primeiros meses do ano, no entanto, houve baixa, de 2,1%.

Em níquel, a companhia registrou produção de 67,1 mil toneladas, elevação de 8,7% ante o segundo trimestre de 2014, quando foram produzidas 61,7 mil toneladas, mas teve recuo de 3% em relação ao trimestre inicial deste calendário.

No caso do carvão, a Vale produziu 2,012 milhões de toneladas, uma queda de 8,9% na comparação com o intervalo de abril a junho do ano passado, mas aumento de 18,7% no confronto com janeiro a março de 2015.

Anglo American perde US\$ 3 bilhões no 1º semestre

24/07/2015 - Fonte: Época Negócios

A Anglo American divulgou hoje que teve prejuízo líquido de US\$ 3 bilhões no primeiro semestre do ano, revertendo lucro de US\$ 1,46 bilhão em igual período de 2014, em meio à forte queda dos preços das commodities - em especial, do minério de ferro -, que afetou os resultados das mineradoras mundialmente.

O balanço da Anglo foi prejudicado por uma despesa extraordinária de US\$ 3,5 bilhões, que incluiu uma baixa contábil de US\$ 2,9 bilhões no valor do projeto brasileiro de minério de ferro Minas-Rio.

A Anglo lançou o projeto brasileiro, avaliado em US\$ 8,8 bilhões, no ano passado, mas a acentuada queda vista nos preços do minério forçou a empresa a iniciar as baixas contábeis.

Em 2014, a empresa teve perdas líquidas de US\$ 2,51 bilhões, em função de uma baixa de US\$ 3,5 bilhões feita no Minas-Rio.

O executivo-chefe da Anglo, Mark Cutifani, anunciou que a empresa tem planos de cortar 6 mil empregos, incluindo postos em operações que pretende vender. Segundo Cutifani, a medida vai gerar uma economia de US\$ 500 milhões.

Por volta das 4h50 (de Brasília), as ações da Anglo subiam 0,7% na Bolsa de Londres.

Caminhões podem puxar recuperação da indústria automotiva

24/07/2015 - Fonte: Automotive Business

As vendas de caminhões poderão servir de impulso para a recuperação das vendas de veículos no Brasil nos próximos anos. Esta é a conclusão de estudo da MA8, grupo de consultores especializado na indústria automotiva.

O movimento será puxado pela expansão do agronegócio, que permanece promissor por causa da demanda global, da oferta de financiamento para o setor, da tecnologia disponível e da perspectiva de melhoria dos portos e da malha viária nos próximos cinco anos.

A perspectiva positiva parece improvável em momento de retração tão severa, com redução de 42% nas vendas de caminhões no primeiro semestre. A estimativa, no entanto, tem como base séries históricas da indústria, mercado, economia e exportações.

Estes dados foram relacionados com os elementos do agronegócio que afetam diretamente as vendas de caminhões, indicando a tendência para o futuro.

“O mundo demanda commodities agrícolas e a tecnologia permite que o Brasil produza mais por hectare a cada nova safra, que pode bater os 230 milhões de toneladas no final desta década.

Para ajudar o produtor rural, o câmbio deve permanecer favorável ao agronegócio apesar dos aumentos de juros e custos nos insumos. A logística para escoamento da safra continuará por muitos anos dependente do transporte rodoviário e dos caminhões pesados”, explica Orlando Merluzzi, CEO da MA8.

Com isso, a expectativa é que o segmento encerre a década com menor participação na indústria, mas com os maiores índices de expansão. Em 2015 as vendas de caminhões pesados devem somar 19 mil unidades, segundo estima a empresa. O patamar é o mesmo do registrado em 2006, quando a economia chinesa começou a puxar o crescimento global.

“Foi a partir daquele momento que o setor automotivo brasileiro deslanchou”, lembra o executivo, apontando que o movimento deve se repetir a partir de 2017, com evolução rápida da China e reflexo positivo no mercado nacional.

Ele espera que a demanda por pesados responda por 22% das vendas de caminhões até o fim de 2015. Com base nos dados dos últimos 15 anos, a consultoria avalia que existe clara indicação de que a demanda por veículos do segmento voltará a crescer em 2016, alcançando 30% de participação.

O volume anual de vendas de caminhões chegará a 125 mil unidades anuais até o fim da década, de acordo com a consultoria. Ainda que se concretize, o resultado será bem inferior ao registrado em 2011, ano recorde para o segmento, quando foram emplacadas 172,6 mil unidades.

Atividade da construção civil registrou nova melhora na margem em junho, mas ainda continua em patamar baixo

24/07/2015 - Fonte: INDA

A atividade do setor da construção civil registrou nova melhora em junho, conforme divulgado ontem na Sondagem da Indústria da Construção da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De fato, o indicador de atividade em relação ao mês anterior alcançou 37,5 pontos, o equivalente a um avanço de 1,2% na passagem de maio para o mês passado, descontada a sazonalidade.

Trata-se da terceira alta na margem, de acordo com os dados revisados. A despeito dessa elevação, a atividade nesse setor continua em patamar baixo. Na comparação interanual, o indicador recuou 15,7%.

Além disso, o índice de atividade em relação ao usual caiu 2,2% na margem, excetuados os efeitos sazonais. Em relação ao mesmo período do ano anterior, a queda foi de 30,5%.

No mesmo sentido, a utilização da capacidade instalada (UCO) recuou de 69% em junho de 2014 para 60% no mês passado.

Dessa forma, a Sondagem reforça nossa perspectiva de continuidade do enfraquecimento do setor neste ano.

Brasil precisa continuar esforço para melhorar as contas, diz FMI

24/07/2015 - Fonte: INDA

O governo brasileiro precisa continuar, sem interrupção, com o esforço para melhorar as contas fiscais do País, mesmo com adoção de novas metas, afirma o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao avaliar a redução da meta de superávit primário em 2015 de 1,1% para 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB).

O Brasil tem que continuar buscando a restauração da sustentabilidade fiscal e a redução do déficit público, disse nesta quinta-feira, 23, o porta-voz do FMI, Gerry Rice, em uma entrevista a jornalistas em Washington. "Os esforços precisam continuar sem interrupção, mesmo com as metas revisadas."

A avaliação do FMI é que a redução da meta fiscal anunciada na quarta-feira pela equipe econômica precisa ser entendida no contexto de uma recessão no Brasil que acabou sendo pior do que o esperado. "A meta original foi formulada na expectativa de uma desaceleração mais suave", disse Rice.

No começo do mês, o próprio FMI reduziu a previsão de crescimento do PIB do Brasil, de contração de 1% em 2015 prevista em abril para queda de 1,5% - um dos piores desempenhos entre as maiores economias emergentes do mundo.

Com a piora da atividade, as receitas com tributos no Brasil foram afetadas, o que, destacou o porta-voz do FMI, tornou o alcance da meta original "muito difícil". Por isso, a avaliação do Fundo é que o governo buscou uma meta mais realista.

"O governo brasileiro tem demonstrado comprometimento com a estratégia de ajuste macroeconômico", afirmou Rice hoje, citando que a equipe econômica vem tomando medidas específicas para melhorar as contas públicas, como reduzir desequilíbrios e subsídios.

Mercado vê dívida a 70% do PIB e rebaixamento com nova meta

24/07/2015 - Fonte: INDA

Apesar de ter desenhado um esforço fiscal crescente até 2018, o governo Dilma Rousseff deve encerrar o segundo mandato com crescimento de mais de dez pontos percentuais da dívida pública, de acordo com avaliações do setor privado. Nesses cálculos, o superávit primário necessário para estabilizar a dívida é de no mínimo 2,5% do PIB, número que não deve ser alcançado nos próximos quatro anos.

Segundo o governo, a poupança para pagamento do serviço da dívida subirá gradativamente, de 0,15% em 2015 para 0,7% no ano que vem e chegará a 2% apenas em 2018. Considerando que o Brasil também deve crescer pouco, dizem economistas, a dívida bruta pode superar 70% do PIB, clara ameaça ao grau de investimento que o país tem desde 2008. O Itaú projeta esse nível para o fim de 2017 (ver análise em Governo tem realismo fiscal e irrealismo no cálculo da trajetória da dívida pública).

Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, o primário que estabiliza a dívida líquida está hoje em 3,4% do PIB. "Achei muito otimista a visão do governo. No meu cálculo, a dívida bruta chega a 70% do PIB já em 2016 e 72% em 2017". Nas contas apresentadas pela equipe econômica, o endividamento aumentaria de 64,7% neste ano para 66,4% em 2016. Em 2018, voltaria a 65,6%.

Vale afirma que a sensação de derrota do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, é visível e que o "DNA" do primeiro mandato continua "profundamente arraigado no segundo mandato", com a ideia de afrouxar o ajuste para ajudar o crescimento.

Analisando os números de atividade, diz Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Fibra, já era visível que o governo não conseguiria chegar perto da meta para este ano, de 1,1% do PIB.

Ao estabelecer como objetivo 0,15% e reduzir as metas para 2016 e 2017, porém, houve certa frustração, afirma. A revisão aumentou a probabilidade de que a nota do Brasil venha a ser rebaixada para grau especulativo no ano que vem.

"Essa decisão depende do resultado fiscal ano a ano, do crescimento da economia. Hoje, não dá para ficar otimista com esses números". Para ele, a dívida bruta pode alcançar 68,1% em 2016 e 71,1% do PIB em 2018.

Bernardo Fajardo, do Ibre-FGV, acredita que alcançar esse nível seria "uma hecatombe fiscal". Os números apresentados pelo governo, porém, são otimistas, ao embutir redução da conta de juros de 0,75 ponto ao ano entre 2015 e 2018, diz. "É difícil engolir esse resultado", diz Fajardo, que espera alta da dívida para 67% do PIB até 2018.

Em nota, a Fitch disse que vai reavaliar a trajetória futura do superávit primário, do déficit nominal e da dívida bruta após a redução da meta de 2015. Segundo Shelly Shetty, responsável pelos ratings soberanos para América Latina, o curso desses três indicadores seguirá tendo influência sobre a avaliação da nota do Brasil.

Em abril, a agência revisou para negativa a perspectiva da nota do país, atualmente em "BBB", ainda dois degraus acima do nível de investimento especulativo. De acordo com Shelly, a análise naquele momento levava em conta um esforço fiscal maior, mesmo em ambiente de atividade mais fraca.

A Moodys, que esteve no país neste mês, não se posicionou. Relatório recente sobre o Brasil, porém, afirmava que entre os motivos que poderiam levar ao rebaixamento está a tendência de piora dos indicadores fiscais e do endividamento retração de 1% a 2% da economia.

"Perder essa classificação, o selo de bom pagador, tem consequências para investimentos financeiros, mas não é a principal questão a observar. O lado real da economia, principalmente na oferta de investimentos, sofrerá amargamente", diz um economista que já integrou a equipe econômica na gestão petista.

Esse interlocutor, que pede anonimato, lembra que "perder o grau de investimento manda um breve e duro alerta a toda a comunidade global de investidores. Ou seja, o governo precisa pedalar mais para assegurar a recuperação da economia".

O economista esclarece que "pedalar" aqui não é recorrer a artimanhas fiscais, mas acelerar reformas e perseguir equilíbrio fiscal para que o Brasil consiga entrar no segundo ciclo que a equipe econômica sinalizou como objetivo de governo desde o fim de 2014. O primeiro ciclo seria o ajuste das contas e o reequilíbrio orçamentário.

Mais otimista, Alexandre Andrade, da GO Associados, avalia que a reação do mercado foi exagerada e que a meta adotada é a possível. "Vejo como sinal positivo o tratamento da questão com a máxima transparência".

PMI da indústria da china reduz esperanças de recuperação econômica

24/07/2015 - Fonte: INDA

O setor industrial da China teve a maior contração em 15 meses em julho com a redução das encomendas pressionando a produção, mostrou a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês), um resultado pior que o esperado que vem na esteira de uma forte queda no mercado acionário que começou em junho.

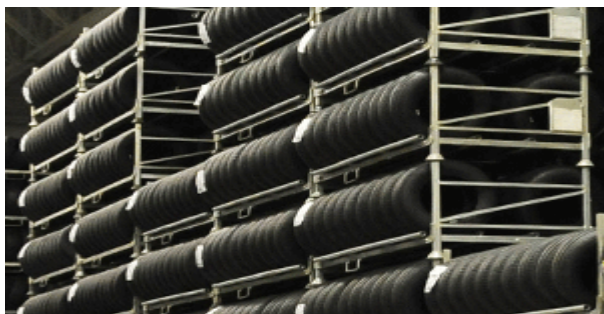
O PMI preliminar do Caixin/Markit sobre a indústria da China recuou para 48,2, a menor leitura desde abril do ano passado e o quinto mês consecutivo abaixo de 50, o nível que separa contração da expansão.

Economistas consultados pela Reuters tinham projetado leitura de 49,7, ligeiramente acima do número final de junho de 49,4.

"A leitura de hoje do PMI sugere que as recentes melhoras no ímpeto econômico podem ter sido afetadas neste mês pela demanda externa mais fraca", disse o economista para China da Capital Economics Julian Evans-Pritchard em nota.

Venda de pneus às montadoras recua 18,7%

24/07/2015 - Fonte: Automotive Business



A indústria de pneus fechou o primeiro semestre com 7,64 milhões de unidades entregues às montadoras, registrando queda de 18,7% ante o mesmo período do ano passado. A redução em toneladas foi ainda maior, 29,9%, refletindo a menor venda de veículos de carga (caminhões e ônibus), cujos pneus têm peso e valor superiores. Os números foram divulgados pela Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip).

De acordo com a entidade, a desvalorização cambial não foi suficiente para resolver a falta de competitividade e o volume exportado no primeiro semestre foi de 497,7 mil unidades, 25,4% abaixo dos mesmos seis meses de 2014.

As vendas totais fecharam o semestre com 37 milhões de unidades e leve retração de 0,6%. Segundo a Anip, o mercado de reposição voltou a apresentar crescimento na quantidade vendida (10,9%) por causa dos pneus de passeio (16,7%), camionetas (13%) e duas rodas (7,2%). Nos de carga houve queda de 6,2%.

VENDAS POR SEGMENTO (1º sem. 2014 vs. 1º sem. 2015):

- carga - de 4,5 milhões para 3,69 milhões (-18%);
- camioneta - de 4,98 milhões para 4,78 milhões (-4%);
- passeio - de 18,04 milhões para 19,09 milhões (+5,8%);
- duas rodas - de 8,16 milhões para 7,84 milhões (-3,9%);
- agrícola - de 445 mil para 400 mil (-10,1%);

- OTR - de 82 mil para 69 mil (-16,7%);
- Industrial - de 1,06 milhão para 1,15 milhão (+8,5%).

PRODUÇÃO CRESCE E INFLA ESTOQUES

A produção brasileira de pneus de janeiro a junho registrou 35,8 milhões de unidades e teve crescimento de 2% sobre os mesmos meses do ano passado. No entanto, a menor demanda resultou em elevação de estoques, gerando paradas de produção e baixa rentabilidade.

SETOR PEDE AUXÍLIO AO GOVERNO

A Anip entregou ao governo federal um documento com 11 propostas para aumentar a competitividade e produtividade do setor. Entre elas estão: redução das alíquotas de importação incidentes sobre insumos não disponíveis no Brasil; margem de preferência de 25% nas compras do poder público, como já existe para outros setores; estímulo à exportação por meio de novos acordos comerciais com mercados relevantes e aprimoramento do processo de garantias de crédito, além da reativação do Reintegra.

“O setor de pneus havia programado significativos investimentos neste e nos próximos anos para acompanhar o Inovar-Auto, mas o momento difícil da economia e do setor automotivo em particular pode colocar estes planos ‘em suspenso’”, afirma o presidente da Anip, Alberto Mayer. Segundo o executivo, várias associadas já puseram seus colaboradores ou parte deles em layoff ou férias coletivas.

Bosch e Tomtom firmam parceria para desenvolver mapas de precisão

24/07/2015 - Fonte: Automotive Business

A Bosch e a Tomtom estão trabalhando em conjunto para desenvolver mapas de alta precisão para aplicação em carros autônomos. A tecnologia já está em teste em veículos com a tecnologia que rodam em caráter experimental em estradas na Alemanha e nos Estados Unidos.

A cooperação prevê que a Bosch se baseie em seu trabalho de engenharia de sistemas para definir as especificações que dos mapas. Já a Tomtom utiliza as determinações da companhia para desenvolver os recursos cartográficos.

A ideia é que, até o fim deste ano, carros que não demandam participação tão ativa do motorista rodem com os dispositivos desenvolvidos pela parceria em todas as estradas alemãs em testes.

A Bosch já trabalha há alguns anos no desenvolvimento de carros totalmente autônomos. A empresa já tem protótipos avançados, mas estima que a tecnologia só vai se tornar viável para o mercado a partir de 2025 (leia [aqui](#)).

Antes disso, no entanto, a companhia espera que versões que circulam de forma automatizada apenas em condições de estradas e rodovias vão se popularizar. É justamente para este momento que a fabricante espera a evolução da demanda por mapas de alta precisão, ferramenta tida como essencial para que os veículos autônomos operem plenamente.

A ideia é que estes mapas sejam muito mais exatos, com perfeição de decímetros. Além disso o material cartográfico precisará ter mais camadas. A primeira delas é a tradicional, usada para traçar rotas de um ponto a outro com o trajeto a ser percorrido.

Outra camada necessária é a de localização, que fornecerá dados que serão usados pelo carro automatizado para calcular sua posição dentro da faixa de rodagem e calcular mudanças e manobras.

Para fazer isso, o sistema precisa definir a localização em relação à estrada e aos arredores, incluindo informações de sinais de trânsito, limites de velocidade, curvas e declives.

Confiança do consumidor cai 2,3% em julho e atinge menor nível histórico, diz FGV

24/07/2015 - Fonte: Reuters

A confiança do consumidor brasileiro continuou a mostrar deterioração em julho, com o índice da Fundação Getulio Vargas recuando 2,3 por cento na comparação com o mês anterior e atingindo o menor nível da série histórica.

A FGV informou nesta sexta-feira que o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu a 82,0 pontos em julho, contra 83,9 pontos em junho, registrando queda pela quarta vez neste ano.

"A queda em 2015 vem sendo influenciada pela insatisfação e pessimismo em relação à economia e piora da situação financeira das famílias", destacou a coordenadora da pesquisa, Viviane Seda Bittencourt.

Segundo a FGV, o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 5,2 por cento em julho, para 71,2 pontos. Já o Índice de Expectativas recuou 2,4 por cento, para 86,5 pontos.

O ano de 2015 tem sido marcado pela baixa confiança de consumidores e empresários diante da fragilidade econômica e dificuldade de recuperação da atividade.

Trabalhadores da Petrobras iniciam greve de 24 horas contra venda de ativos

24/07/2015 - Fonte: Reuters

Petroleiros iniciaram uma greve de 24 horas nesta sexta-feira contra a venda de ativos da Petrobras PETR4.SA, de acordo com sindicatos de trabalhadores da empresa.

A greve, liderada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), envolve trabalhadores de refinarias, plataformas de petróleo e outros trabalhadores da Petrobras, e teve início à meia-noite de quinta-feira.

Os sindicatos protestam contra os planos da Petrobras de vender 15,1 bilhões de dólares em ativos até o fim de 2016.

A Petrobras planeja reduzir sua dívida -que está em cerca de 120 bilhões de dólares- assim como gerar caixa para investimentos e retomar a confiança dos investidores após o escândalo de corrupção envolvendo a estatal investigado pela operação Lava Jato.

A FUP também se opõe ao projeto de lei no Senado que busca retirar da Petrobras a condição de operadora única do pré-sal.

O projeto, do senador José Serra (PSDB-SP), também impede que a estatal detenha o mínimo de 30 por cento de cada campo, como está previsto na atual Lei de Partilha.

A Petrobras não respondeu a pedidos de comentários.

Gigantes produtoras de minério de ferro pressionam empresas menores

24/07/2015 - Fonte: Estadão Conteúdo

As grandes mineradoras estão reforçando seu controle sobre o mercado de minério de ferro. Com gigantes da indústria como Rio Tinto e BHP Billiton produzindo cada vez mais para exportação, o excesso de oferta fez os preços caírem.

Mas a tática das maiores empresas está ajudando a sufocar as rivais menores, aumentando a fatia das gigantes nesse mercado global.

As quatro maiores fornecedoras do mundo de minério de ferro – Rio Tinto, BHP, a brasileira Vale e a australiana Fortescue Metals Group – representavam 71% de todos os embarques de minério de ferro em 2014, enquanto entre 2009 e 2013 as maiores eram responsáveis por 65% desses embarques, segundo estimativa do Citi.

O banco avalia que a fatia de mercado das quatro maiores pode subir para 80% até 2018. Não há sinais de que as maiores empresas possam recuar.

A BHP informou nesta quarta-feira que sua produção de minério de ferro subiu 14%, para o recorde de 233 milhões de toneladas no ano fiscal até junho, prevendo ainda outra alta de 6% no próximo ano.

A Rio Tinto informou na semana passada que está mantendo seus planos de aumentar sua produção na importante região de Pilbara, no oeste australiano, para 360 milhões de toneladas dentro dos próximos dois anos, de cerca de 280 milhões de toneladas em 2014.

A Vale, por sua vez, busca produzir 450 milhões de toneladas de minério de ferro até 2018, uma alta de mais de um terço em relação à produção da empresa em 2014.

Com a demanda chinesa diminuindo, os preços do minério de ferro voltaram a cair para US\$ 52 a tonelada, perto de seu nível mais fraco em uma década.

Como os custos operacionais das maiores empresas é mais baixo, elas conseguem uma margem razoável por tonelada mesmo a preços mais baixos, graças a economias em escala.

As principais empresas também não querem ceder fatia de mercado a suas grandes rivais, ao cortar sua produção. As regras contra cartéis, por sua vez, impedem que essas empresas usem sua posição para se unir a fim de restringir a oferta.

Mas investidores e analistas têm se tornado mais críticos. A BHP reportou uma queda de 35% em seu lucro com operações de minério de ferro no semestre até dezembro, ante igual período do ano anterior.

A BHP e a Rio Tinto estão gerando seu nível de retorno mais baixo sobre as ações desde os anos 1980, estimou recentemente o Citi. As ações das empresas estão perto das mínimas em seis anos.

"É hora de o oligopólio começar a reconsiderar sua abordagem puxada pela oferta", disse Ben Lyons, gerente de portfólio sediado em Sydney da ATI Asset Management.

O debate atingiu novo patamar em maio, quando as rivais menores, pressionadas pelos preços em queda, pediram que o governo da Austrália realize uma apuração parlamentar sobre a expansão constante da produção. O governo rechaçou a solicitação.

Entre os críticos da BHP e da Rio Tinto estão as mineradoras norte-americanas Cliffs Natural Resources e Fortescue, que aumentaram suas produções nos últimos anos, mas enfrentam dívidas e custos maiores que as rivais australianas.

Outras grandes empresas internacionais também sofrem. A Anglo American PLC, quinta maior produtora global de mineração diversificada em valor de mercado, afirmou que iria reduzir em até US\$ 4 bilhões seus ativos neste ano, em sua maioria relacionada à mina de minério de ferro Minas-Rio no Brasil, no qual ela investiu US\$ 8,8 bilhões.

A Rio Tinto e a BHP dizem que suas expansões, planejadas anos antes, são do melhor interesse para seus acionistas.

A BHP argumentou que um corte na sua produção seria compensado pelas rivais, o que prejudicaria no fim das contas os acionistas.

Produtores menores devem sair do mercado. Os preços baixos já levaram ao fechamento de algumas mineradoras privadas na China, onde os custos de produção estão entre os mais altos no mundo.

O analista Christopher LaFemina, da Jefferies, espera que esse movimento continue. Analistas dizem, porém, que cortes maiores seriam necessários para impulsionar uma reação nos preços.

Lucro líquido da Vale no 2^a trimestre deve recuar 54%

24/07/2015 - Fonte: Exame



Na próxima quinta-feira, dia 30, a Vale vai divulgar o balanço financeiro relativo ao segundo trimestre.

O lucro líquido da mineradora deverá recuar 54% em relação ao mesmo período do ano anterior, para US\$ 653 milhões, conforme a média de seis instituições financeiras (BTG Pactual, Citi, Itaú BBA, JPMorgan, Santander e Votorantim Corretora) consultadas pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado.

Se confirmado, a Vale reverterá o prejuízo registrado nos três primeiros meses deste ano, em função da queda do preço do minério e também da desvalorização do real em relação ao dólar no período.

Para o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) as expectativas apontam para US\$ 1,863 bilhão, o que representa um recuo de 55% no comparativo anual. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Exportações paranaenses chegam a R\$ 22 bi no primeiro semestre de 2015

24/07/2015 - Fonte: Agência FIEP



No comparativo do semestre, os grupos de produtos mais exportados mantêm-se os mesmos – Complexo Soja (35,6%), Carnes (16,1%), Material de Transportes (7,8%) e Madeira (6,4%). (Foto: Gilson Abreu)

As exportações paranaenses, em junho, aumentaram 36% em relação a maio, enquanto as importações tiveram um aumento de 14,8%. Espanha e Rússia deslocaram Itália e Suécia do ranking dos 10 principais países dos quais o Paraná mais importa.

A balança comercial do mês foi positiva, chegando a US\$ 466 milhões. O saldo acumulado do ano chegou a US\$ 770 milhões.

[Conheça a pesquisa](#)

Na comparação de junho de 2015 com junho de 2014, o Paraná exportou mais (16,8%) e importou menos (-5,3%). Nos seis primeiros meses deste ano, as exportações atingiram US\$ 7,3 bilhões – -12,5% abaixo do mesmo período de 2014.

No entanto, quando analisada a receita das exportações do período, este montante em dólares (US\$7,3 bi) corresponde a R\$ 22 bi – considerando o câmbio mensal médio divulgado pelo Bacen – o que representa aumento de 14,8%.

No comparativo do semestre, os grupos de produtos mais exportados mantêm-se os mesmos – Complexo Soja (35,6%), Carnes (16,1%), Material de Transportes (7,8%) e Madeira (6,4%).

“É importante destacar que o saldo comercial pode se deteriorar principalmente para os três primeiros grupos de produtos, vinculados ao agronegócio, cujas alterações são sensíveis a preços formados nos mercados internacionais e, por isso, não determinados pelos exportadores”, destacou o coordenador do departamento Econômico da Fiep, Maurilio Schmitt.

“A participação relativa de produtos básicos no total das exportações – sem processamento doméstico, portanto – continua aumentando. No 1º semestre de 2014 a participação era de 50,9% e agora é de 52,4%”, destacou o economista.

As importações mais representativas do Paraná foram Produtos Químicos (26,8%), Mecânica (16,7%), Material de Transportes (16,5%), e Petróleo e Derivados (8,6%). A China mantém-se como o principal parceiro comercial do Paraná, com US\$ 3 bi de intercâmbio – US\$ 1,8 bi de exportações e US\$ 1,1 bi de importações. Na sequência vêm Argentina, Estados Unidos, Alemanha e Paraguai. No ranking dos 10 países dos quais o Brasil mais importa, houve mudanças.

A China continua a ocupar o primeiro lugar (17,1%), porém com queda de -16,5%. Na sequência, a Argentina com 10,7% e queda de - 26,2%. Os Estados Unidos passam a ocupar a terceira colocação, com 6,8% e alta de 5,6%. A Alemanha está na quarta colocação, com 7,5% e queda de -34,3%.

Espanha passou a ocupar a sétima posição – antes ocupada pela Itália – e a Rússia passou de 13º para 9º país do qual o Paraná mais importou no período. Houve mudanças muito tênues na estrutura da pauta de importações por categoria de uso.

Os bens de capital representaram 26,3% do total importado; os bens intermediários, 52,1%; bens de consumo final, 12,8%; e combustíveis e lubrificantes, 8,8%.

Carlos Walter recebe hoje prêmio Empresário do Ano

24/07/2015 - Fonte: O Diário do Norte do Paraná



Autoridades, empresários e representantes de vários setores da coletividade prestigiam hoje, às 20h, no Moinho Vermelho Buffet, a homenagem ao empresário Carlos Walter Martins Pedro, sócio da empresa ZM Bombas e presidente do Sind-cato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elé-trico de Maringá (Sindimetal).

Ele foi escolhido como Empre-sário do Ano 2015 por uma comissão formada por representantes da Associação Comercial (Acim), Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Maringá e Região (Sivamar), Associação Paranaense de Supermercados (Apras) e Federação das In-dústrias do Paraná (Fiep).

A escolha aconteceu depois que o nome de Carlos Walter ter sido o que recebeu maior nú-mero de indicações na primeira fase do processo, quando 26 en-tidades indicaram empresários que expandiram seus negócios nos últimos 12 meses e que têm participação ativa na comunida-de maringaense e da região.

O homenageado representa o setor industrial na diretoria da Associação Comercial e como vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pa-raná, mas esteve à frente

também do Movimento Repensando Maringá, que resultou na criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (Codem), que ele presidiu por sete anos e continua um dos membros ativos. Mas, sua grande paixão na representação da indústria é o Sindimetal, entidade que ele ajudou a criar em 1986 e hoje conta com mais de mil indústrias filiadas em 57 municípios da região de Maringá.

“Além de ser um empresário empreendedor e bem-sucedido, Carlos Walter é um homem que sempre trabalhou pelas causas associativas e comunitárias”, diz o presidente da Acim, Marcos Tadeu Barbosa.

Também o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, considera que o homenageado “é um industrial de sucesso e um cidadão dedicado a influenciar a sociedade para o bem. Mais do que isso, é um líder nato, com atuação destacada para o desenvolvimento da indústria não só de Maringá e da região, mas de todo o Paraná e do Brasil”.

Carlos Walter considera que tão importante quanto ter sido escolhido pelas entidades para o Prêmio Empresário do Ano é sentir que as pessoas reconhecem que a homenagem é merecida.

“Você trabalha, você conquista a escolha por entidades tão representativas e isso traz uma satisfação difícil de traduzir em palavras, mas a verdadeira paga é perceber nos amigos e mesmo em pessoas que não nos são tão próximas que eles também sentem uma satisfação sincera por recebermos este prêmio. Isto não tem preço”.